



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**Projeto de Lei nº 48, de 2025.**

Dispõe sobre a redução da carga horária do servidor público municipal que seja pai ou mãe, tutor, curador ou responsável legal de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

**1 - Do Relatório:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a legalidade do projeto de Lei nº 48/2025 oriundo do Executivo Municipal.

O presente projeto de Lei dispõe sobre a redução da carga horária do servidor público municipal que seja pai ou mãe, tutor, curador ou responsável legal de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

A medida está em concordância com a tese do Supremo Tribunal Federal, fixada em julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.237.867 (Tema 1.097 da Repercussão Geral), de que é Constitucional a redução da jornada de trabalho de servidores públicos estaduais e municipais, sem prejuízo da remuneração, para que possam acompanhar o tratamento de filhos ou dependentes com deficiência.

Diante da relevância do tema, cabe a esta Comissão emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria.

**2 – Da análise jurídica:**



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Sob o prisma jurídico, a proposta encontra respaldo nos princípios fundamentais consagrados pela Constituição Federal, em especial o da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da proteção integral da criança e do adolescente. A proposta ainda se harmoniza com a obrigação estatal de promover políticas públicas inclusivas e de apoio às famílias que têm sob sua responsabilidade pessoas em situação de deficiência, reforçando a efetividade do direito social à saúde e ao bem-estar.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com *status* constitucional (Decreto nº 6.949/2009), impõe ao Estado e à sociedade a adoção de medidas para garantir a inclusão plena e o exercício dos direitos fundamentais por pessoas com deficiência. O projeto está, também, em harmonia com a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” (Lei nº 13.146/2015), que prevê a promoção da acessibilidade e do apoio familiar.

Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconheceu, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.237.867 (Tema 1.097 da Repercussão Geral), a constitucionalidade da redução de jornada para servidores públicos, sem diminuição da remuneração, quando necessária para o acompanhamento de dependentes com deficiência, aplicando-se por analogia, a Lei nº 8.112/1990 dos servidores federais. Este precedente aplica-se de forma direta ao caso, uma vez que o TEA é classificado legalmente como deficiência (Lei nº 12.764/2012).

Durante a análise do projeto, verificou-se a ampliação de tal benefício para outros transtornos de neurodesenvolvimento como TDAH e TOD. Todavia, entendeu-se que a política pública objeto do presente projeto visa atender, de forma focada e prioritária, os casos de “Transtorno de Espectro Autista” (TEA), cuja demanda foi formulada pela sociedade civil e pelos vereadores desta Casa. Como também, destaque-se está expressamente justificado na mensagem que acompanha o projeto.

Tal opção restritiva ao TEA, garante também maior clareza e evita interpretações excessivamente abertas que poderiam comprometer a aplicação administrativa da lei.





**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ademais, a própria fundamentação apresentada pelo Executivo e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre redução de jornada fazem referência predominantemente ao “Transtorno de Espectro Autista”.

A redação originalmente proposta no § 1º do art. 1º, buscava conceituar a pessoa com deficiência de forma ampla, incluindo impedimentos físicos, mentais, intelectuais, sensoriais ou transtornos de neurodesenvolvimento em geral.

Todavia, entende-se mais adequado suprimir tal dispositivo, restringindo o alcance da norma exclusivamente às situações de “Transtorno do Espectro Autista” (TEA), pelas seguintes razões:

- Finalidade original do projeto – A proposição foi encaminhada pelo Executivo Municipal com o objetivo específico de atender servidores que sejam responsáveis legais por pessoas com TEA. A ampliação conceitual poderia desnaturar o objeto da política pública apresentada.
- Clareza normativa e segurança jurídica – A manutenção do § 1º com conceitos abrangentes poderia gerar interpretações extensivas e controvérsias administrativas quanto a outros tipos de deficiência ou transtornos. A supressão do dispositivo evita lacunas interpretativas e garante que a lei seja aplicada de forma objetiva e uniforme.
- Base jurídica consolidada – O reconhecimento do direito à redução de jornada para acompanhamento de dependentes com TEA encontra respaldo em jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (RE n.º 1.237.867, Tema 1097), bem como em diversas legislações estaduais e municipais, que tratam o autismo de forma específica.
- Política pública direcionada – O TEA, por suas peculiaridades clínicas e pela necessidade de terapias multidisciplinares contínuas, demanda atenção prioritária e tratamento normativo próprio. Assim, a restrição ao autismo assegura efetividade à medida e garante que os recursos administrativos se concentrem onde a demanda social é mais urgente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Dessa forma, a supressão do § 1º do art. 1º não enfraquece o projeto, mas o torna mais claro, preciso e alinhado à sua finalidade original, consolidando a redução da carga horária apenas para os responsáveis legais de pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No restante do projeto a redação está clara e de fácil compreensão sem necessidade de ajustes técnicos no texto normativo, estando, pois, adequado à técnica legislativa.

**3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:**

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação opina, observando a, constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, destacando as alterações propostas, apresentando o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO N.º 01/2025.**

Dispõe sobre a redução da carga horária do servidor público municipal que seja pai ou mãe, tutor, curador ou responsável legal de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova:

Art. 1º Ao servidor, que comprovadamente seja responsável legal de pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerada dependente sob o aspecto socioeducacional e econômico e em situação que exija o atendimento direto pelo servidor, será concedida redução da jornada de trabalho, respeitado o cumprimento de 20 (vinte) horas





**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

semanais, sem prejuízo da remuneração e independentemente de compensação de horário, enquanto perdurar a dependência.

Art. 2 - Para fins de comprovação da condição:

I – de pai ou mãe, será exigida a apresentação da certidão de nascimento da pessoa com TEA;

II – de tutor, deverá ser apresentada a certidão de tutela do tutelado;

III – de curador, deverá ser apresentada a certidão de curatela do curatelado;

IV – de guardião, deverá ser apresentado termo de compromisso legal ou termo de guarda.

Art. 3º Para fazer *jus* à redução da jornada de trabalho, o pai, mãe ou responsável legal deverá apresentar relatório médico que comprove o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) do dependente, emitido por profissional de saúde habilitado, e ficará obrigado a comprovar a necessidade de acompanhamento em terapias contínuas, por meio de documento hábil firmado por especialista habilitado, que contenha todas as atividades que o dependente precisa realizar com a assistência dos pais ou responsáveis.

Art. 4º A redução da jornada de trabalho poderá ser de no mínimo 20% (vinte por cento) e de no máximo 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho total estabelecida para o cargo ou função exercida, a serem distribuídas ao longo da semana, de acordo com a conveniência da Administração Pública.

Parágrafo único. A fixação da porcentagem será definida conforme o nível de suporte exigido pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA), a ser analisado por avaliação médica oficial, ressaltando que o importe de 50% (cinquenta por cento) de redução de jornada é direcionado aos casos mais graves e que comprovem acompanhamento necessário em terapias contínuas.

Art. 5º A redução da jornada de trabalho não poderá implicar na diminuição da remuneração ou de quaisquer outros benefícios legalmente instituídos, garantindo-se ao pai, mãe ou responsável legal o recebimento integral de sua remuneração.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Art. 6º Na hipótese de acumulação lícita de cargos, prevista no inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal de 1988, a redução que dispõe esta Lei será devida apenas para um dos cargos, a critério da Administração Pública.

Parágrafo único. Se ambos os pais se enquadrarem nos parâmetros dispostos nesta Lei, caberá somente a um deles a redução da jornada de trabalho.

Art. 7º A Administração Pública poderá solicitar a realização de avaliação médica periódica para comprovar a necessidade da continuidade da redução da jornada de trabalho, por meio de relatório médico atualizado.

Art. 8º A diminuição da carga horária prevista nesta Lei será concedida se constatada a real necessidade de afastamento do servidor para acompanhamento de dependente em tratamento específico, durante horário incompatível com seu horário ou jornada normal de trabalho.

§ 1º O disposto nesta Lei se aplica a todos os servidores públicos municipais.

§ 2º Para a concessão da redução, o servidor deverá realizar o devido requerimento no setor responsável da secretaria em que estiver lotado.

Art. 9º A redução da jornada de trabalho prevista nesta Lei não poderá acarretar a contratação de novos servidores, competindo à respectiva Secretaria a adoção das medidas necessárias para que as atividades sejam desempenhadas pelos servidores já integrantes de seu quadro funcional.

Art. 10. Esta Lei será regulamentada por decreto.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, SMJ.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Rafael de Almeida Jacó

Relator/Presidente

Janizio Moacir Vaz de Resende

Vice-presidente

Welbernat Alves Xavier

Membro

**CERTIDAO**

Certifico a todos que esta proposição foi aprovada

em 06/10/25, por unanimidade  
(oito votos favoráveis)

Responsável pela Secretaria